



Arquitetura e urbanismo:
Compromisso histórico
com a multidisciplinariedade

2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)



Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Amanda Costa da Kelly Veiga
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2 / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-529-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.294210410>

1. Arquitetura. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A arquitetura é espaço existencial. A cidade, um espaço existencial elevado à potência do social. São existenciais porque estão intrinsecamente relacionados, são intimamente ligados à vida individual e coletiva que neles se constituem. Portanto, são políticos, históricos e lócus de rebeldia criativa por excelência.

Esta compreensão é uma das chaves para o entendimento da necessidade da multidisciplinaridade. É também um dos mais potentes argumentos para viabilizarmos a garantia das fronteiras disciplinares já abertas e justificativa irrefutável para a abertura de novas fronteiras. É, portanto, o fundamento para uma abordagem complexa sobre realidades que são complexas. O espaço e a vida que nele ocorre carecem de abordagens diversas e variados modos de investigação, dada a clara compreensão da impossibilidade da apreensão total de objetos de estudo dessa natureza.

Este livro, o segundo volume de “Arquitetura e Urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinaridade”, publicado pela Atena Editora, dá um passo nessa direção. Ele é composto por 17 artigos, cujos temas variam do edifício ao território, passando pela paisagem, região e pelo urbano. Neles as abordagens também variam. Vão das escalas micro, compreendendo a rua, os espaços arquitetônicos de edifícios e interfaces entre o concreto e o virtual-digital à escala da cidade, da região e do território.

Deste conjunto é possível afirmar que o que atravessa todos os 17 artigos é a compreensão de tais temas, escalas e objetos de pesquisa como fontes inesgotáveis de abordagens disciplinares diversas. Por isso não encerram as discussões sobre os objetos analisados, mas deixam em aberto para discussões outras com interfaces dos saberes da arquitetura e urbanismo com a antropologia, a pedagogia, as engenharias, o planejamento urbano e regional, a geografia, a agronomia, a história, a economia, a ecologia, a psicologia, a filosofia, as ciências da computação e programação, a administração, entre tantas outras áreas que poderiam ser aqui citadas.

É possível ainda identificar movimentos interdisciplinares a partir deles. Há um notável trânsito de literaturas de disciplinas distintas utilizado como recurso para a leitura dos objetos neles analisados. Neste sentido, tais artigos indicam a necessidade de reconhecimento do valor e da contribuição de disciplinas próximas e distantes, mas não somente isso. Eles indicam a potência do reconhecimento das mais diversas disciplinas como partes de um campo amplo de investigações, nem sempre pacificado, jamais homogêneo, mas colaborativo e essencialmente crítico.

Assim, estimo boa leitura a leitoras e leitores!

Pedro Henrique Máximo Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AS TIPOLOGIAS DE PAISAGENS QUE CONECTAM O PARQUE DA PAZ E O TECIDO URBANO DO CONCELHO DE ALMADA – ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Noêmia de Oliveira Figueiredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104101>


CAPÍTULO 2..... 27

LIMES FRANCOLÍ, PAISAJES DE FRONTERA A RITMO SINCOPADO

Josep Maria Solé

Lluís Delclòs

Olivia Malafrente


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104102>

CAPÍTULO 3..... 43

CENTROS CULTURAIS E A CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO E O SESC 24 DE MAIO COMO EQUIPAMENTOS DE SUPORTE À CULTURA

Júlia Martins Souza Pipolo de Mesquita

Celso Lomonte Minozzi


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104103>

CAPÍTULO 4..... 52

ARQUITETURA E ACESSIBILIDADE: FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MARANGUAPE - CEARÁ

Zilsa Maria Pinto Santiago


Virna Maria Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104104>

CAPÍTULO 5..... 69

MAPEANDO LOS OJOS EN LA CALLE DE JANE JACOBS EL ALGORITMO GENERATIVO DE LA VIGILANCIA NATURAL PASIVA

Iñigo Galdeano Pérez


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104105>

CAPÍTULO 6..... 80

O USO CULTURAL DA MADEIRA NA ARQUITETURA: TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E AS MADEIRAS EMPREGADAS NAS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

William Jorge Pscheidt

João Carlos Ferreira de Melo Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104106>





CAPÍTULO 7..... 97

O AMBIENTE DA INTERAÇÃO MUSEAL: DA FISCALIDADE AO TOUR 360°

Pablo Fabião Lisboa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104107>

CAPÍTULO 8	110
ASSENTAMENTOS INFORMAIS E LEGISLAÇÃO URBANA - INVISIBILIDADE OU NEGAÇÃO? O CASO DA VILA XURUPITA EM BARREIRAS, BA/BRASIL	
Rogério Lucas Gonçalves Passos	
Natália Aguiar Mol	
Lorena J. Coelho Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108	
CAPÍTULO 9	126
CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DE EXCLUSÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES URBANAS EM CIDADES BRASILEIRAS	
Isabela Casalecchi Bertoni	
Lilian Masumie Nakashima	
Maysa Leal de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109	
CAPÍTULO 10	138
UM BREVE OLHAR SOBRE AS VULNERABILIDADES E A SUSTENTABILIDADE NA MUDANÇA DE PARADIGMAS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO	
Karliane Massari Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010	
CAPÍTULO 11	150
DESEMPENHO DA FILTRAÇÃO LENTA EMPREGADA NO TRATAMENTO DA CARGA DE DBO ORIUNDA DE ESGOTO DOMÉSTICO	
Ariston da Silva Melo Júnior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011	
CAPÍTULO 12	164
CENTRO E NOVA CENTRALIDADE DE LONDRINA SOB PERSPECTIVA MORFOLÓGICA	
Mayara Henriques Coimbra	
Gislaine Elizete Beloto	
Letícia da Mata Silva	
Ana Julia Ceole	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012	
CAPÍTULO 13	181
PLANES REGIONALES: UNA EXPERIENCIA DE GESTIÓN Y REVITALIZACIÓN EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO	
Denise Gonçalves Lima Malheiros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013	

CAPÍTULO 14.....	195
O TOMBAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NO BRASIL	
Giorgio da Silva Grigio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014	
CAPÍTULO 15.....	210
OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO- BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA INTERNACIONAL	
Yara Regina Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015	
CAPÍTULO 16.....	229
ÁREAS METROPOLITANAS DE BELÉM E BRASÍLIA NOVOS RECORTES PARA ANÁLISE	
Ricardo Batista Bitencourt	
Ramon Fortunato Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016	
CAPÍTULO 17.....	255
UMA ABORDAGEM CONFIGURACIONAL PARA O ENSINO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Fernando dos Santos Calvetti	
Michele Staub de Brito	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	268
ÍNDICE REMISSIVO.....	269

CENTRO E NOVA CENTRALIDADE DE LONDRINA SOB PERSPECTIVA MORFOLÓGICA

Data de aceite: 21/09/2021

Mayara Henriques Coimbra

Faculdade de Engenharia e Inovação Técnico
Profissional
orcid.org/0000-0002-3041-2757

Gislaine Elizete Beloto

Universidade Estadual de Maringá
orcid.org/0000-0002-1409-7996

Letícia da Mata Silva

Universidade Estadual de Maringá
lattes.cnpq.br/3944090060604290

Ana Julia Ceole

Universidade Estadual de Maringá
lattes.cnpq.br/5575138150784199

RESUMO: Devido a conciliação do processo de constante transformação social, cultural e territorial às expansões urbanas, a cidade contemporânea apresenta um território marcado por uma estrutura de múltiplos centros. Os movimentos de expansão e deslocamento do setor terciário acompanhou as diversas dinâmicas resultantes do desenvolvimento econômico das cidades, os quais, deram origem a centros para além do Centro tradicional. Desta forma, temos um afastamento conceitual, funcional, e até territorial, entre o Centro tradicional da cidade e as novas áreas de centralidade. Essas novas centralidades são caracterizadas como áreas economicamente estratégicas capazes de criar artificialmente simulacros de centro, e

consequentemente, rompem com as lógicas tradicionais de constituição do tecido urbano. Os objetivos deste estudo é verificar a constituição de um novo arranjo de centralidades para a cidade média de Londrina – PR; e comparar morfologicamente o Centro e a nova centralidade. Como resultado imediato, temos que a diferença de formação e ocupação do tecido urbano gera uma distinção na vitalidade entre estas duas áreas; uma reversão na lógica dos espaços livres públicos – que passam a ser substituídos por áreas livres privadas - e a formação de uma massa edificada verticalizada pontuada na paisagem da cidade. Ao mesmo tempo, temos uma maior conexão da nova centralidade com as estruturas comerciais e de deslocamento regionais, fazendo com que a área tenha uma maior influência econômica no território.

PALAVRAS - CHAVE: expansão urbana, centro, novas centralidades.

CENTER AND NEW CENTRALITY OF LONDRINA FROM A MORPHOLOGICAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: Due to the conciliation of the process of constant social, cultural, and territorial transformation with urban expansions, the contemporary city presents a territory marked by multiple centers structures. The expansion and movements of the tertiary sector followed the various dynamics resulting from the economic development of cities, which creates centers beyond the traditional Center. In this way, we have a conceptual, functional, and even territorial distancing between the traditional center of cities and the new centralities. These new centralities

are characterized as economically strategic areas capable of artificially creating simulacra of the center, and consequently, break with the traditional logic of formation of the urban fabric. The objective of this study is to verify the constitution of a new arrangement of centralities for the medium city of Londrina – PR; and morphologically compare the Center and the new centrality. As an immediate result, we have the difference in the formation and occupation of the urban fabric generates a distinction in the vitality between these two areas; a reversal in the logic of public open areas – which are replaced by private open areas – and the formation of a vertical built mass punctuated in the city’s landscape. At the same time, we have more connection of the new centrality with regional market and transportation structures, making the area have more economic influence in the territory.

KEYWORDS: urban expansion, city center, new centralities.

1 | INTRODUÇÃO

As novas centralidades, dentro de um contexto mundial, se inserem como nova configuração urbana decorrentes das transformações das cidades contemporâneas. Dentro deste processo de transformação, impulsionado pela globalização e pelo surgimento de áreas metropolitanas, os centros urbanos sofreram mudanças significativas no seu contexto social, econômico, cultural e principalmente territorial, no qual a nova ordem vigente se baseia em um crescimento disperso e fragmentado.

As alterações territoriais e econômicas têm sido verificadas em diferentes tipologias de cidades que excedem as metropolitanas. Os processos de reestruturação urbana também aparecem nas cidades médias, “o que denota uma alteração nas formas contemporâneas de reprodução do capital adentrando a dinâmica espacial de outras categorias de cidades”. Esse processo, além de alterar e ampliar o papel das cidades médias, altera e amplia o papel de centralizador do capital financeiro das grandes metrópoles, pois geram uma recentralização do capital dos centros de comando. (OLIVEIRA, 2008)

No panorama brasileiro, um aspecto importante ao se falar das centralidades é o seu surgimento a partir da implantação de grandes equipamentos de apropriação coletiva. Estes equipamentos têm-se mostrado capazes de gerar e manter fluxos de recentralização territorial, ou seja, têm-se mostrado capazes de criar áreas de novas centralidades fora do centro tradicional. (BELOTO e COIMBRA, 2019b; COIMBRA e BELOTO, 2020) Neste sentido, Sposito (1991b, p.238) indica que nesta movimentação “não há uma mera mudança na localização das atividades que se encontravam no centro principal ou uma dispersão dessas atividades, mas uma lógica locacional profícua à dinâmica econômica de determinadas atividades que expressam uma concentração descentralizada, expressando uma redefinição da centralidade intra-urbana”.

Pela lógica das centralidades nas cidades metropolitanas, as novas áreas de centralidade são capazes de redirecionar os investimentos e o crescimento urbano, possuem características que complementam os centros tradicionais e configuram novas áreas de consumo. E como as novas centralidades se configuram nas cidades médias, se

é que este fenômeno pode ser visto em tal tipologia da rede urbana? Como tais áreas se caracterizam morfologicamente com relação ao centro tradicional? Assim, diante destas questões, o presente capítulo, resultado de uma pesquisa científica, teve como objetivo principal verificar a formação de um novo arranjo de centralidade por meio de um estudo de caso comparativo entre o centro tradicional - denominado neste trabalho de Centro - e a nova centralidade em formação na cidade de Londrina, norte do estado do Paraná - área nominada de Gleba Palhano.

Dessa forma, a tática aplicada foi a pesquisa documental e iconográfica e levantamentos *in loco* de ambas as áreas de estudo. A pesquisa documental conduziu à sistematização dos dados de aprovação de projetos arquitetônicos do cadastro na Prefeitura do Município de Londrina para a Gleba Palhano e reuniu publicações sobre a característica e o processo de ocupação do Centro de Londrina. A pesquisa iconográfica, no entanto, compreendeu o levantamento de imagens de satélite e imagens históricas e a interpretação destas, de modo a verificar, sob o aspecto morfológico, os movimentos de formação e a configuração do Centro e da nova centralidade ao longo do tempo, que, para efeito desta pesquisa, foi considerado a estratificação por décadas. Os mapas denominados figura-fundo ou cheios e vazios são os resultados mais evidentes do viés iconográfico da pesquisa.

Naquilo que se refere aos levantamentos *in loco*, deram subsídio para as análises referentes ao momento atual. Foram verificados lote-a-lote a característica do uso do solo e da ocupação deste. A estratificação do uso do solo seguiu a convenção utilizada pelos pesquisadores do campo de conhecimento do setor terciário, ou seja, de acordo com Vargas (1990), a atividade comercial é atribuída a qualquer atividade que provenha troca e pode ser dividida pelo comércio tradicional ou varejo tradicional - lojas de rua, cadeias de lojas e shoppings centers - e os prestadores de serviços. A atividade varejista é entendida pela venda de bens - material, tangível e estocável -, enquanto o serviço é entendido pela venda de um serviço - imaterial, intangível e não estocável. É importante ressaltar que as atividades públicas apresentam estratégias de negócio de forma diferente das privadas, prezando o bem coletivo e social ao invés, necessariamente, de lucros. Por esta razão, são separadas das atividades terciárias tradicionais. Essa atividade é representada na estratificação apenas como uso institucional.

2 I ENTRE CENTRO E CENTROS - CONCEITOS

Na rápida e crescente multiplicação de centros que caracteriza as cidades metropolitanas, fica evidente que a centralidade deixa de ser um atributo exclusivo do centro tradicional. A partir dos anos 1990, o conceito de centralidade é revisado nos estudos urbanos e passa a ter significado próprio, de modo que o centro deixa de ser o lugar referencial da centralidade (TOURINHO, 2007).

Conforme escreve Sposito (1991a; 1991b apud BELOTO & COIMBRA, 2019a), o centro é o ponto de convergência, uma vez que é o lugar para onde as pessoas se dirigem. Ele exprime a concentricidade ou centralidade exercida em diferentes setores da cidade e em diferentes escalas territoriais. Como ponto de convergência único no território urbano, o centro conforma uma estrutura territorial centralizada; como um conjunto de pontos de convergências, os centros configuram uma estrutura territorial policêntrica. Há também a possibilidade de ocorrer uma descentralização funcional, dando origem, portanto, à subcentros, centros de bairro e/ou centros expandidos. Em comum, estes centros buscam complementar a função do centro original.

De outro modo, a denominada nova centralidade, que se apoia em um fenômeno urbano denominado por Tourinho (2007, p.24) de “centro estendido”, não é necessariamente um complemento funcional ao centro. Para a autora, “as novas áreas de centralidade nada são senão uma criação artificial de espaço urbano, como local único, ainda que reproduzível”.

Para evitar interpretações imprecisas, assim escreve Tourinho (2007, p.25) sobre centro e novas centralidades:

Esta capacidade de criar simulacros de cidade, de criar centralidade, demonstrada pelos agentes imobiliários, ultrapassa toda a experiência de séculos de urbanismo baseada na ideia de apropriação dos “lugares vantajosos” preexistentes (de qualquer ponto de vista: geográfico, social, econômico, estratégico etc.), conformados normalmente pelo esforço coletivo da sociedade.

Acentralidade tornou-se independente do Centro, distanciou-se dele, conceitualmente e fisicamente falando. Deixou de ser atributo, como qualidade capaz de exprimir a substância central, para passar a ser ela mesma um substantivo adequado para identificar um espaço urbano que pode conter em si as condições necessárias para que exista a concentração de fluxos diversos - riquezas, informações, decisões, mas também, pessoas e bens materiais -, atividades as mais variadas ou especializadas, com independência de qualquer relação hierárquica referida necessariamente ao Centro da cidade. Assim, a centralidade que qualificava os atributos de uma parte diferenciada da cidade - o Centro - ao mesmo tempo em que nominava o que era cidade frente ao que era o campo, esta centralidade terminou fluando livremente pela cidade, identificando ou criando espaços: os centros.

Para além da conceituação propriamente dita, Tourinho (2007) refere-se ao centro tradicional como topônimo, como um substantivo próprio que identifica um lugar de forma particular, chamando-o de Centro. Por outro lado, as novas centralidades são substantivos comuns, sendo tipificada como centros.

Beloto & Coimbra (2019b, p.73-74) esclarecem que a nova centralidade projeta “duas escalas simultâneas de abrangência territorial” e que, portanto, as atividades comerciais que nela atuam, assim como a localização no território urbano, são questões estratégicas para o surgimento de centros. As autoras denominam de “equipamentos potencializadores

de centralidade” (Figura 1) aqueles que são implantados em uma área estratégica, gera valorização imobiliária e cuja área de influência econômica está acima da local. São eles: shopping center, universidade, aeroporto e áreas livres públicas. A presença da verticalização é destacada como resultado da valorização imobiliária.



Figura 1. Diagrama teórico sobre criação de novas centralidades. Fonte: Beloto & Coimbra (2019b)

É demonstrado nos estudos aqui citados que as novas centralidades estabelecem um outro arranjo organizacional nas cidades e, sobretudo nas cidades médias, conforme especifica Beloto & Coimbra (2019a; 2019b). O que se apresentará, a seguir, é a caracterização morfológica de uma nova centralidade em face a um Centro, a partir do estudo de caso referência nesta pesquisa.

3 I MORFOLOGIA DOS CENTROS DE LONDRINA

3.1 Histórico de formação do Centro e da nova centralidade de Londrina

O conjunto de cidades implantado no norte do estado do Paraná, a partir da década de 1930, fez parte de um plano de colonização inglês que tinha como objetivo a venda de lotes rurais destinados ao plantio de café. A lógica da colonização estava ligada a um plano imobiliário, no qual a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) era responsável pelo desenho e implantação das cidades, venda de terras urbanas e rurais e por prover o escoamento da produção agrícola através de ferrovias.

A matriz urbana e rural, outrora implantada, partia de elementos naturais e antrópicos: divisores de água principal e secundários e talvegues, linha férrea e estradas rurais. A linha férrea, implantada na parte mais alta do território, era responsável pelo escoamento da produção e conexão entre todos os núcleos urbanos. As cidades implantadas ao longo da ferrovia, distanciadas a cada 15km, eram responsáveis pela interlocução entre a área rural e a urbana. O parcelamento rural foi estruturado por estradas vicinais nos divisores de água

secundários. A matriz rural era formada de propriedades pequenas - entre 36 e 48ha ou 15 e 20al -, cuja parte superior serviria para a produção do café, e a parte inferior, junto ao fundo de vale, era destinada a moradia. (REGO, 2009)

A cidade de Londrina foi a primeira implantada pela CTNP e era considerada como a “porta de entrada” das terras adquiridas pela mesma. Desde a sua concepção, a cidade foi desenhada para ser um centro urbano com previsão de abrigar 30.000 habitantes. Constituída por um traçado regular em grelha (Figura 2), a cidade do plano inicial apresentava apenas 86 quadras e uma área de convergência de pessoas instigada pela concentração do comércio e pela presença de instituições públicas e áreas livres públicas. (REGO, 2009)

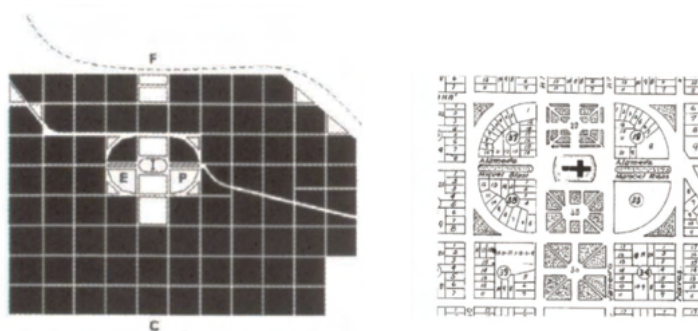


Figura 2. Traçado urbano original do Centro e detalhe do projeto original apresentando as áreas livres públicas do Centro, Londrina, 1930.

Fonte: Rego (2009)

A expansão da cidade ocorreu nos primeiros anos após início da sua implantação. A linha férrea, que era designada como um limite do plano original, foi ultrapassada pelo crescimento do tecido urbano e passou a ser a divisa entre a parte “alta” e a parte “baixa” da cidade.

Na sequência, a expansão urbana é dividida em três períodos, conforme Beloto & Ribeiro (2018). Entre os anos de 1940 e 1960, momento de franco incremento populacional tanto urbano quanto rural, a expansão do tecido urbano era contínua e de forma compacta. Ao mesmo tempo, na década de 1950, teve início o processo de verticalização da cidade, que ocorreu principalmente na área de convergência de pessoas.

A década 1960 marcou o período de esgotamento do processo de ocupação rural. O crescimento territorial urbano se manteve, porém, dando início a uma forma urbana cujas bordas se apresentavam fragmentadas. Este segundo período compreende os anos de 1961 a 1990 e, além do crescimento extensivo, (BELOTO & RIBEIRO, 2018) Londrina conheceu dois fenômenos urbanos característicos das metrópoles: a curva ascendente de verticalização que se instaurou no final dos anos de 1980 e a conurbação proveniente da

política pública de habitação social.

A então denominada “área de convergência de pessoas” em Londrina nada mais era do que o Centro da cidade. Por uma questão de classificação, chamaremos de centro tradicional. Com o crescimento extensivo e intensivo da cidade na década de 1980, o Centro passou a ocupar o que antes era conhecido como área do projeto original da cidade de Londrina.

O terceiro período de expansão classificado por Beloto & Ribeiro (2018) trata do ano de 1991 até 2018, onde se detecta uma tendência à dispersão da forma urbana. Este modelo de crescimento formata “peças” de cidade pelo território dificultando a delimitação da mancha urbana como um todo. Há uma relação na literatura entre a dispersão urbana e a formação de novas centralidades, relação essa que é possível verificar em Londrina. Foi nos anos 2000 que uma segunda área comercial na porção sudoeste da cidade, comumente chamada de Gleba Palhano, começou a se destacar. Vinculada ao Centro apenas por uma avenida, além da implantação do shopping center e de grandes lojas varejistas, essa área começou a concentrar edifícios verticais, se destacando na paisagem londrinense e apontando para a formação de nova centralidade urbana.

A partir da constatação de que a formação de novas centralidades está atrelada aos equipamentos potencializadores, segundo Beloto & Coimbra (2019), o Catuaí Shopping Center é um desses propulsores da nova centralidade de Londrina. Implantado nos anos 1990 na interseção entre a rodovia PR 445 - Celso Garcia Cid com avenida Madre Leônia Milito, o que poderia ser entendido como a continuidade da avenida Higienópolis, este empreendimento comercial foi o primeiro equipamento urbano de apropriação coletiva instalado na área.

Naquele momento, a porção sudoeste da cidade era constituída basicamente por chácaras de lazer e de pequena produção agrícola. A implantação do shopping center impulsionou, gradativamente, o parcelamento e a ocupação de caráter urbano, se revelando como um empreendimento imobiliário, para além de um empreendimento comercial. Devido ao fato de parte da área estar previamente parcelada, com estradas rurais e unidades de pequenas chácaras, o processo de ocupação foi quase que imediato, considerando a estrutura fundiária existente.

A constituição de um território morfologicamente e funcionalmente distinto do Centro será mostrado a seguir. Uma centralidade onde se concentra edifícios verticais (Figura 3) e o setor terciário especializado nas categorias: lojas independentes, lojas de departamentos regionais e principal centro comercial que é o shopping center. Assim, esta ocupação territorial diferenciada constrói uma paisagem urbana singular, marcada pelo maço vertical, com edificações imponentes e de aparências contemporâneas. A nova centralidade de Londrina acaba se destacando como um ponto focal na paisagem.



Figura 3. Nova centralidade de Londrina, 2019. Acervo: Laboratório de Urbanismo Regional (LUR)

3.2 Ocupação do lote urbano

Sobre a área delimitada para o estudo da nova centralidade, é possível inferir, com base na Figura 5, que a taxa de ocupação dos lotes tem ampla variação. Reconhecido ao menos três tipos de tecidos urbanos nesta área de estudo, que podem ser identificados como os bairros Gleba Palhano, Bela Suíça e Parque Guanabara, a taxa de ocupação pode ser pontuada entre 20%, 50% e 80% respectivamente - valores estes que correspondem a média aproximada e, no caso de lotes com edifícios verticais, apenas foi considerada a área da torre para efeito de cálculo.

A presença de lotes não-ocupados aliada à baixa taxa de ocupação fazem com que a porção da Gleba Palhano se apresente com ocupação mais rarefeita. A rarefação da ocupação é acentuada quando se considera a dimensão aproximada dos lotes de 4.500m² com quadras de 3ha na maioria.

O tecido urbano que se configura no bairro Bela Suíça é derivado de traçado curvilíneo, que por si só se destaca no conjunto da área de estudo, pois o restante apresenta traçado linear e ortogonal. Os lotes de 800m², mas que comumente foram lembrados e passaram a 1.600m² aproximadamente, constam de taxa de ocupação na ordem de 50%. As quadras variam muito com relação à metragem.

O Parque Guanabara, por sua vez, é aquele mais densamente ocupado. Com a média aproximada de 300m² por lote e quadras variando entre 7.000 e 10.000m², a taxa de ocupação deste tecido é de 80%. De traçado urbano retilíneo, apresenta uma trama regular reticulada e outra mais linear, derivada de quadras mais alongadas.

Com relação ao Centro, que no caso de Londrina é resultado de um plano e de uma implantação do traçado na íntegra, quadras e lotes urbanos, a trama reticular da malha se

destaca com a predominância de quadras de 1ha e lotes de aproximadamente 600m². No geral, lotes com edifícios verticais possuem taxa de ocupação na ordem na 65%, enquanto os demais lotes apresentam 90% de taxa de ocupação. O resultado é visível na Figura 4. As quadras são densamente ocupadas, com seus limites demarcados pelas edificações.

3.3 Uso do solo urbano

Por meio da amostragem de 20% das quadras de cada área de estudo e considerando a classificação de uso do solo urbano descrita anteriormente, a área da nova centralidade apresenta 50% dos lotes com uso residencial, 35% com uso comercial, 2% com uso misto, e 13% dos lotes encontram-se não-ocupados. Os mesmos usos para o Centro de Londrina constam de 20% dos lotes com uso exclusivamente residencial, 55% com uso comercial, 25% com uso misto, e nenhum lote vazio.

É nítida a diferença quantitativa e de distribuição dos usos do solo em cada área de estudo, conforme Figura 6 e Figura 7. Enquanto é predominante a formação de quadras com uso exclusivamente residencial na área da nova centralidade, a presença do uso comercial é fortemente registrada no Centro, seja por exclusividade seja por concomitância entre uso comercial e residencial no mesmo lote.

A proporção entre as classes de uso do solo e o arranjo destes usos na quadra e no próprio lote demonstram o grau de vitalidade urbana de uma área de estudo com relação à outra. A mistura entre os usos vista no Centro de Londrina registra a forte presença da habitação, inclusive no centro tradicional, onde, usualmente nas metrópoles brasileiras, registra-se um abandono do uso residencial. No geral, o uso residencial está presente em 45% dos lotes do Centro, assim como o comercial em 80%.

A distribuição dos usos no Centro não coloca em evidência nenhum traçado viário em particular. Há uma preponderância do uso residencial na porção oeste do Centro, ao passo que, onde se concentra as áreas livres públicas há uma predominância do uso misto e, na porção a leste, uma maior quantidade de uso exclusivamente comercial. Esta última porção é irrigada por três vias importantes de conexão dos extremos da cidade: avenida Leste-Oeste, avenida Dez de Dezembro e avenida Celso Garcia Cid - originalmente rodovia sentido São Paulo e Curitiba.

Na área de estudo da nova centralidade a vitalidade urbana é menor devido à homogeneidade dos usos presentes. 50% do total das quadras é de uso exclusivamente residencial. O Parque Guanabara é a porção que apresenta um pouco mais de diversificação de uso, tendo quadras onde se encontra o comércio ao lado de lotes residenciais. Apesar de não ficar tão em evidência na Figura 7, as avenidas são claramente marcadas pelo comércio. Isto não se mostra tão claro pois as dimensões variadas dos lotes dificultam tal leitura. Mesmo assim, os traçados das avenidas Higienópolis, Madre Leônia Milito e Ayrton Senna da Silva se destacam pela presença do uso comercial e pelo arranjo dos lotes na quadra, cujo maior número de testada se volta para tais vias. Da mesma forma, a rua Bento

Munhoz da Rocha Neto, que delimita o lago Igapó - ribeirão Cambé -, é ladeada pelo uso comercial.

As dimensões maiores dos lotes da nova centralidade - 7,5 vezes maior que os lotes no Centro - propiciam usos comerciais específicos e empreendimentos residenciais diferentes daqueles vistos no Centro, conforme será abordado adiante. A especificidade do comércio diz respeito a presença de filiais de grandes varejistas nacionais - Lojas Havan, Tok&Stock, Decathlon - que se instalam em grandes lotes, em vias de acesso fácil tanto à população local quanto aos habitantes da região, e preferencialmente próximo ao centro de comércio regional - shopping center - que neste caso chama-se Catuaí Shopping Londrina. Se observamos, situação semelhante ocorre próximo ao Centro, contudo com menor ênfase. O shopping mall Boulevard Londrina Shopping e a loja Leroy Merlin se instalaram em ampla área remanescente de 20ha, dos quais efetivamente ocupam metade, aproveitando-se da centralidade proveniente do Centro em conjunto com a localização estratégica - interseção entre as avenidas que conectam o extremo norte-sul da cidade e o extremo leste-oeste.

A principal diferença entre atuação de ambos os shoppings está na força de mudança de uso ou ocupação de seu entorno. O potencial de valorização imobiliária exercido pelo Catuaí Shopping Londrina é maior que o exercido pelo Boulevard Londrina Shopping. Entre outras possíveis justificativas, o elevado percentual de lotes não-ocupados e a grande dimensão destes, favorecem a ação de valorizar a área.

Sendo o que diz Beloto & Coimbra (2019a; 2019b) sobre equipamentos potencializadores de centralidade, o shopping center é um desses equipamentos desde que em condições favoráveis para tal. Da mesma forma que parques urbanos ou grandes áreas livres de apropriação pública também contribuem para a formação de novas centralidades, como é o caso do lago Igapó que delimita a área de estudo em sua porção norte.

3.4 Áreas livres públicas versus áreas livres privadas

Nesta pesquisa, as áreas livres públicas são aquelas de apropriação coletiva, não edificadas, destinadas ao lazer, contemplação, atividade esportiva, cuja propriedade é pública; as áreas livres privadas são aquelas de apropriação coletiva, não edificadas, também destinadas ao lazer, contemplação e/ou atividade esportiva, cuja propriedade é privada.

Conforme a Figura 2, as áreas livres públicas estão no partido urbanístico do Centro de Londrina. Mesmo com alterações nessas áreas e na destinação do uso de alguns edifícios nelas implantados, as áreas livres públicas foram mantidas. (Figura 4) São estas as áreas: bosque Marechal Candido Rondon, praça Marechal Floriano Peixoto, calçadão avenida Paraná, praça Rocha Pombo onde se localiza o Museu de Arte de Londrina, quadra do Museu Histórico de Londrina, Planetário de Londrina, praça da Imigração Japonesa, praça da rodoviária de Londrina, e pequenas outras praças que são remanescentes do

traçado urbano. Juntas, as áreas livres públicas que estão no Centro correspondem a 5% da área total.

Diferentemente do Centro, a área de estudo da nova centralidade registra um percentual de 2% do total em áreas livres públicas. (Figura 5) O entorno do lago Igapó é o percentual mais significativo, 70% das áreas livres públicas. Os demais 30% são praças remanescentes do traçado viário. Por outro lado, os lotes privados possuem ampla área livre potencialmente destinada à apropriação coletiva, na ordem de 50% da área do lote. A presença do shopping center e das grandes lojas varejistas acabam por substituir o uso coletivo de áreas livres públicas pelo uso coletivo em áreas edificadas privadas.

3.5 Verticalização - símbolo de centralidade

A verticalização é inerente a quase toda história da cidade de Londrina. Iniciando nos anos de 1950, teve o processo acelerado no final da década 1980. Foram 1.412 edifícios aprovados entre 1980 e 1999, ao passo que, entre 1950 e 1970, foram 176 edifícios (FRESCA e OLIVEIRA, 2015, p.101). Estes foram os dois períodos de verticalização, cuja predominância de localização foi no Centro - 90% dos edifícios implantados no primeiro período e 80% do número total de edifícios verticais implantados no segundo período. Dentre aqueles que foram implantados fora do Centro, 7% localizavam-se na área de estudo da nova centralidade.

No terceiro período de verticalização elencado por Fresca e Oliveira (2015) entre os anos 2000 e 2013, o número de edifícios verticais aprovados foi de 263 unidades. Desta vez, a maioria não estava situada no Centro. Em torno de 23% foram aprovados no Centro e 21% aprovados para ser implantado na Gleba Palhano. Ademais, o restante, 56% dos edifícios aprovados, foi implantado de modo disperso pela cidade como um todo.

A equivalência em termos de números de edifícios aprovados e implantados no Centro e na Gleba Palhano nos últimos vinte anos demonstra a redução na capacidade de gerar centralidade decorrida do Centro diante do surgimento de outro centro. (Figura 8 e Figura 9) Este, por sua vez, ilustra seu poder de centralidade através da implantação cada vez mais crescente de edifícios verticais.

As torres que se levantam na nova centralidade são de predominância residencial. Tanto estas quanto os edifícios comerciais introduzem uma tipologia de ocupação diferente daquela vista no Centro. Uma das razões é a grande dimensão dos lotes que possibilita a mudança. Identifica-se a ocupação dos lotes com as torres mais soltas, mais distantes entre si, mesmo quando há mais de um edifício no mesmo condomínio. O programa destes edifícios introduz amplas áreas coletivas de propriedade privada no interior dos lotes. Se considerado a taxa ocupação média aproximada de 20%, algo na ordem de 3.500m² por lote é área passível de apropriação coletiva. De acordo com levantamento, 50% da área do lote de condomínios residenciais da Gleba Palhano é ocupada com equipamentos de apropriação coletiva.

4 | QUADRO COMPARATIVO ENTRE CENTRO E NOVA CENTRALIDADE DE LONDRINA

A área de estudo considerada nova centralidade de Londrina é expressivamente de cunho residencial. Por outro lado, a vitalidade urbana derivada da miscigenação de usos, sobretudo comercial e residencial concomitante na mesma edificação e/ou lote, ou mesmo concomitante na mesma quadra, é de maior grau no Centro do que na nova centralidade. Além do comércio e residência, morfologicamente, o Centro mantém o ponto central de convergência de fluxos e pessoas, o centro tradicional, onde se situa áreas livres públicas, museus, terminal urbano de transporte público, e calçada pública. A existência de áreas livres públicas conjugada aos usos de comércio e habitação, impulsiona a dinâmica urbana de uma determinada área.

A predominância de lotes significativamente maiores na nova centralidade e a proximidade desta área à equipamentos e estruturas de caráter regional fazem com que filiais de grandes varejistas nacionais aí se instalem. Esta especificidade de comércio não se relaciona com o entorno imediato. Sua relação é com as estruturas regionais ou com aquelas de capacidade de fluxos elevados de veículos, afinal, sua interface com a vizinhança ocorre por meio de bolsões de estacionamentos.

A tipologia de ocupação em lotes com edifícios verticais é diferente entre a nova centralidade e o Centro, devido, mais uma vez, às dimensões dos lotes. A possibilidade de ampliação do programa arquitetônico com foco em áreas de apropriação coletiva faz com que, na Gleba Palhano, os condomínios verticais apresentem áreas com equipamentos coletivos 10 vezes maiores do que no Centro. Certamente que esta significativa diferença contribui para que as pessoas utilizem menos as áreas públicas como a calçada.

O percentual de verticalização do Centro ainda é maior do que na área de estudo da nova centralidade. Uma das razões diz respeito ao tempo com que se iniciou o processo de verticalização no Centro quando comparado ao da Gleba Palhano, quarenta anos antes; outro ponto é o poder de centralidade emitido pelo Centro desde sua origem, o que atraiu o capital imobiliário ao longo das décadas; e deve-se considerar também que a nova centralidade é uma área em formação devido ao alto percentual de lotes não-ocupados.

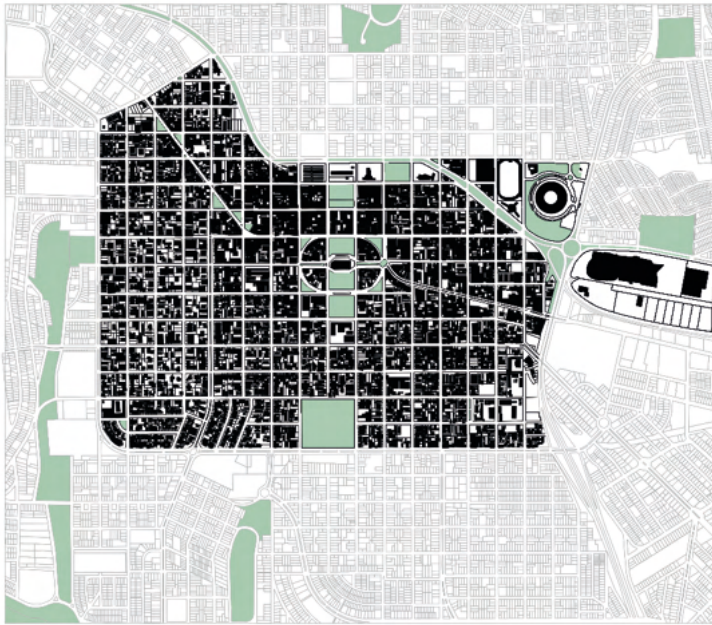


Figura 4. Figura-fundo
Centro de Londrina,
2019

Fonte: Google Earth
PRO Elaborado por
Leticia da Mata Silva e
Ana Julia Ceole

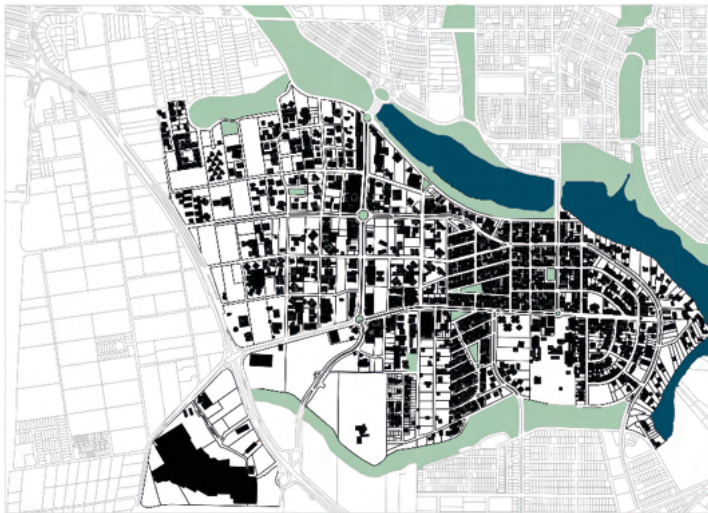


Figura 5. Figura-fundo
nova centralidade de
Londrina, 2019

Fonte: Google Earth
PRO

Elaborado por Ana
Julia Ceole e Mayara
Henriques Coimbra

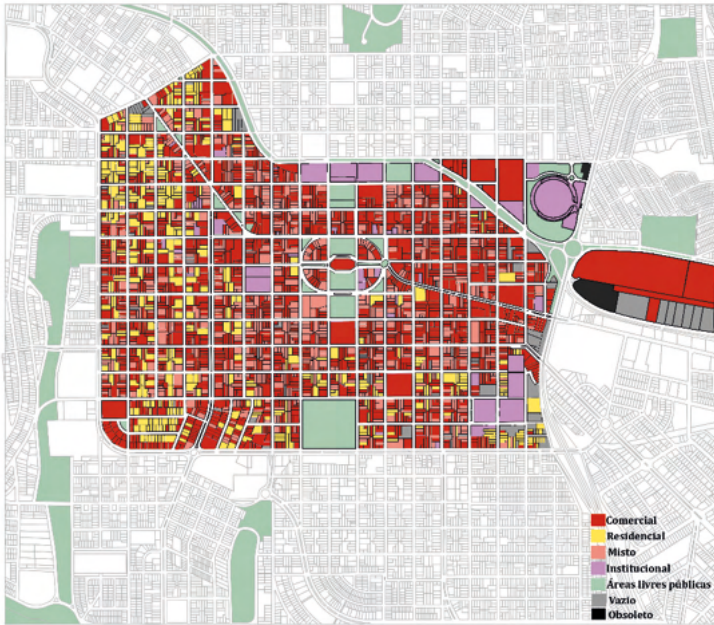


Figura 6. Uso do solo do Centro de Londrina, 2019

Fonte: Google Earth PRO

Elaborado por Leticia da Mata Silva e Mayara Henriques Coimbra

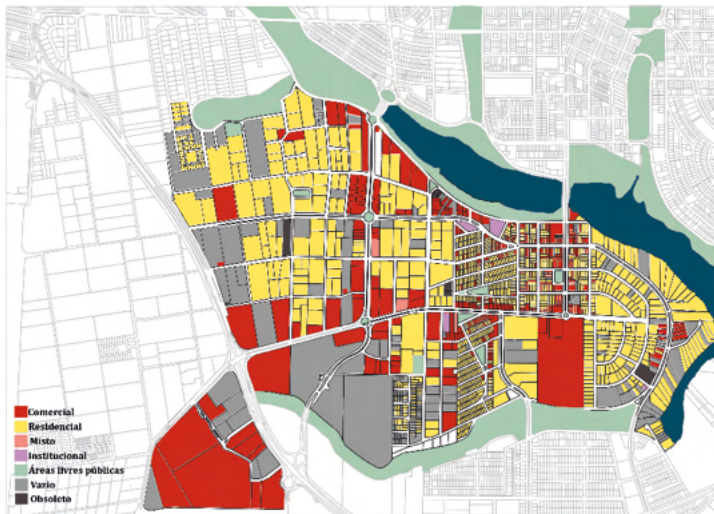


Figura 7. Uso do solo da nova centralidade de Londrina, 2019

Fonte: Levantamento in loco

Elaborado por Ana Julia Ceole e Mayara Henriques Coimbra

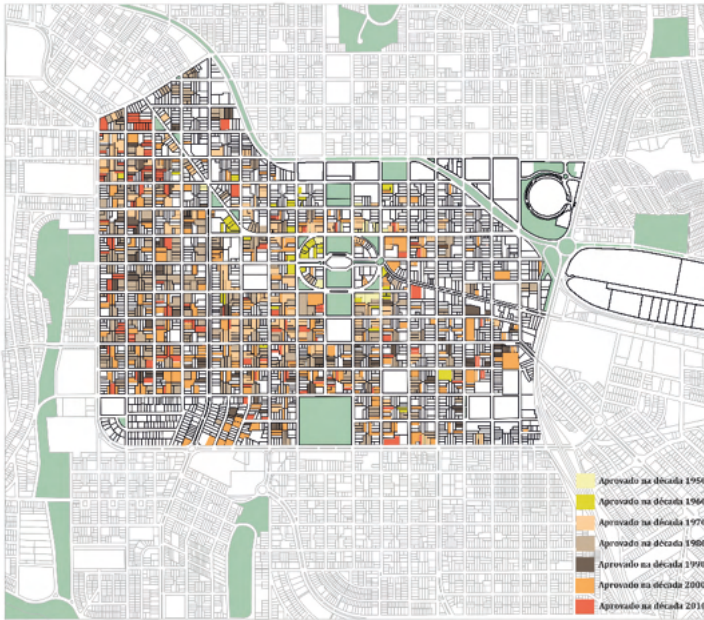


Figura 8. Processo de verticalização do Centro de Londrina, 2013

Fonte: Fresca e Oliveira (2015); Casaril (2009). Elaborado por Letícia da Mata Silva e Mayara Henriques Coimbra

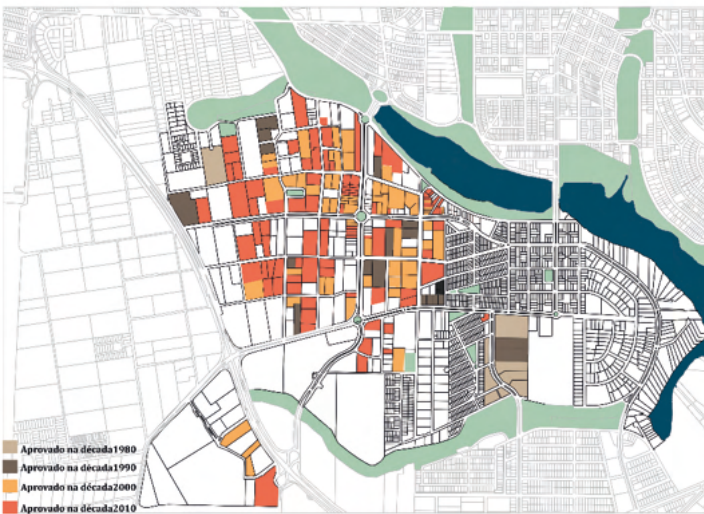


Figura 9. Processo de verticalização da nova centralidade de Londrina, 2019

Fonte: Prefeitura do Município de Londrina
Elaborado por Letícia da Mata Silva e Mayara Henriques Coimbra

51 CONCLUSÃO

Através do estudo de caso, a pesquisa demonstrou que a centralidade exercida pelo Centro atende ao espectro social maior devido a diversidade do comércio que nele se localiza. Por outro lado, a presença do shopping center e de grandes lojas varejistas na nova centralidade torna o uso mais específico e, contudo, amplia a área de abrangência da centralidade para o nível regional.

A concomitância entre os usos residencial e comercial, aliada à diversidade do comércio, à presença de áreas livres públicas e à confluência de fluxos por meio da localização do terminal urbano de transporte, resulta em maior vitalidade no Centro de Londrina do que na nova centralidade. Nesta última, a locomoção para áreas de comércio ocorre quase exclusivamente com veículos, ao passo que no Centro, os deslocamentos podem ser feitos a pé.

Ao ser verificado as grandes dimensões dos lotes, o alto percentual do uso residencial e a baixa taxa de áreas livres públicas versus altas taxas de áreas livres privadas na nova centralidade, conclui-se que a qualidade de vida urbana nesta porção da cidade assumi outro parâmetro que não aquele da vivência das áreas coletivas urbanas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Fundação Araucária.

REFERÊNCIAS

BELOTO, G. E.; COIMBRA, M. H. Modelo de expansão urbana e a repercussão de novas centralidades. In: **PNUM 2018 - Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. A produção do território: formas, processos e desígnios**. Porto: UPorto, 2019. p. 1084-1100.

BELOTO, G. E.; COIMBRA, M. H. Verticalização e equipamentos urbanos como potencializadores de novas centralidades em cidades médias brasileiras. In: MAGAGNIN, R. C.; CONSTANTINO, N. R. T.; BENINI, S. M. (orgs.). **Cidade e o planejamento da paisagem**. Tupã: ANAP, 2019b. p. 71-88.

BELOTO, G. E.; RIBEIRO, R. R. Escala territorial e a forma urbana: a participação das estruturas naturais. In: **PNUM 2018 - Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. A produção do território: formas, processos e desígnios**. Porto: UPorto, 2018. p. 2018-2028.

CASARIL, C. C. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. **Geografia**. v. 18, n. 1, 2009. p.65-94.

COIMBRA, M. H.; BELOTO, G. E. Urban expansion: from compact to fragmented form. **Acta Scientiarum. Technology**, v. 42, p. e42407, 2020. <https://doi.org/10.4025/actascitechnol.v42i1.42407>

FRESCA, T. M.; OLIVEIRA, E. L. Sessenta anos de verticalização em Londrina/PR. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - Anpege**, n.16, v.11, 2015. p.85-121

OLIVEIRA, G. A. Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias. In **Sociedade & Natureza**. n. 20 (1), 2008, p. 205-220.

REGO, R. L. **As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem no norte do Paraná**. Londrina: Humanidades, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Estruturação urbana e centralidade. Trabalho apresentado em **III Encontro de geógrafos da América Latina**. Toluca, México, 1991a.

SPOSITO, M. E. B. O Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. In: **Revista de Geografia**. São Paulo, v. 10, 1991b, p. 1-18.

TOURINHO, A. O. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In **Arquiteses 2**. Cidade Impasses e Perspectivas. São Paulo: Annablume, FAUUSP, FUPAM. p. 11-28.

VARGAS, H. C. **Atividades terciárias. Inovações tecnológicas e estruturação do espaço urbano-regional**. São Paulo: LabCom, 1990. Disponível em http://www.labcom.fau.usp.br/?page_id=97, acesso em 25/04/2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 10, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 67, 68, 235, 241

Área Metropolitana 10, 1, 2, 240, 251

Arquitetura 2, 9, 10, 1, 25, 26, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 64, 68, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 110, 125, 126, 127, 133, 135, 136, 137, 144, 194, 202, 212, 213, 217, 225, 226, 250, 253, 255, 256, 257, 259, 265, 266, 267, 268

Arquitetura em Madeira 81, 91, 96

Arquitetura Escolar 52

Assentamentos Informais 11, 110, 112, 114, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136

B

Belém 12, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 254

Brasília 12, 26, 109, 115, 124, 135, 136, 207, 210, 211, 212, 225, 227, 228, 229, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 268

C

Centralidade 11, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

Centro 10, 11, 1, 4, 5, 9, 14, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 57, 89, 104, 110, 111, 112, 115, 120, 123, 126, 128, 135, 142, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 207, 213, 216, 217, 218, 219, 226, 228, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 258, 260

Centro Cultural 10, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51

Cidade 9, 10, 5, 7, 8, 20, 24, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 68, 85, 93, 100, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 164, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 179, 180, 183, 194, 200, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 260, 262, 264, 265

Cidades Brasileiras 11, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 243

D

Desenho Urbano 18, 20, 26

Desigualdade 11, 116, 126, 127, 130, 131, 136, 143, 233

E

Esgoto 11, 131, 133, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 163, 235

Exclusão Territorial 11, 126, 127, 131, 134, 136

G

Gestão Urbana 143, 210, 213, 215, 217, 222, 225

H

História da cidade 174

J

Jane Jacobs 10, 69, 70

L

Legislação Urbanística 116, 136, 238

Lisboa 10, 1, 2, 25, 26, 85, 93, 97, 108

M

Madeira 10, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 200, 205

Morfologia Urbana 2, 3, 4, 8, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 25, 179, 214, 215, 229, 236

Multidisciplinaridade 9

Museu 45, 94, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 108, 109, 173, 199, 204, 208, 217

P

Paisagem 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 21, 23, 24, 25, 26, 50, 89, 90, 144, 164, 170, 179, 180, 210, 212, 213, 215, 216, 222, 224, 225, 257, 268

Parque Urbano 31

Patrimônio 12, 45, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 239

Patrimônio Histórico 12, 45, 92, 93, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 239

Planejamento Urbano e Regional 9, 12, 194, 255, 256, 257, 259, 266, 267

Planos Regionais 194

projeto urbano 25, 210, 214, 215, 218, 221, 222, 227

R

Rua 9, 4, 14, 15, 45, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 166, 172

S

São Paulo 10, 11, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 68, 91, 92, 93, 95, 96, 108, 109, 115, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 147, 148, 149, 150, 152, 162, 163, 172, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 208, 231, 251, 252, 253, 254

SESC 24 de Maio 10, 43, 51

Sítio Arqueológico 12, 95, 195, 199, 202, 203, 205, 206, 207, 209

Sustentabilidade 11, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 212, 215

T

Tecido Urbano 10, 1, 3, 4, 7, 9, 10, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 164, 169, 171, 213, 216, 236, 243, 253

Técnicas Construtivas 10, 80, 81, 84, 89, 90, 91, 96

Território 9, 2, 3, 4, 21, 24, 26, 53, 84, 87, 89, 90, 103, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 147, 149, 164, 167, 168, 170, 179, 195, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 213, 214, 215, 218, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 248, 250, 251, 252, 254, 264

Tombamento 12, 195, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 211, 239

U

Urbanismo 9, 11, 1, 25, 26, 43, 46, 52, 53, 68, 69, 79, 92, 96, 110, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 148, 171, 181, 194, 250, 253, 255, 257, 259, 268


Urbanismo Contemporâneo 11, 138, 143, 146, 243




Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 